

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

ORIENTAÇÕES GERAIS – PROVA ESCRITA

1. Estrutura da Prova

A Prova Escrita é eliminatória e classificatória, composta por 30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha, elaboradas a partir de situações-problema e estudos de caso, contemplando os seguintes eixos de conteúdo:

Eixo Temático	Conteúdos	Peso Específico
Eixo I – Legislação Educacional	Constituição Federal, LDB, ECA, PNE, DCN, BNCC, gestão democrática, Fundeb, normativas estaduais e municipais.	30,0 3,0 cada questão
Eixo II – Políticas Públicas e Gestão Escolar	Planejamento participativo, avaliação institucional, políticas educacionais, liderança, ética e gestão democrática.	30,0 3,0 cada questão
Eixo III – Práticas Pedagógicas e Administração Escolar	Planejamento pedagógico, avaliação, cultura escolar, inclusão, inovação, ética e gestão administrativa.	40,0 4,0 cada questão

Peso Geral da Prova: 100,0 (cem) pontos.

Critério de Aprovação: mínimo de 60% (seis décimos) do total da prova.

2. Forma de Resposta

- Cada questão objetiva apresenta quatro alternativas (A, B, C e D), com apenas uma correta.
- A Folha de Respostas Oficial deve ser preenchida à caneta esferográfica azul ou preta, de corpo transparente com **X**.
- Marque apenas uma alternativa por questão; em caso de marcação dupla, rasura ou ilegibilidade, a questão será anulada.
- Não será permitida substituição de folha de respostas.

3. Condições de Aplicação

- O(a) candidato(a) deverá portar documento oficial com foto.
- O tempo total de realização da prova é de 4 (quatro) horas.
- O tempo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
- Não será concedido tempo adicional para revisão, correção ou preenchimento do gabarito.
- É proibido portar ou utilizar equipamentos eletrônicos, materiais de consulta, relógios digitais ou bonés durante a prova.
- Candidatas lactantes terão direito ao tempo compensatório de acordo com o edital.

4. Condutas e Ética

- É vedada qualquer comunicação entre candidatos.
- O descumprimento das normas ou comportamento inadequado implicará eliminação do processo seletivo.
- O(a) candidato(a) deverá manter conduta ética, respeito e silêncio, contribuindo para a integridade do processo.

**Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de
Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação**

5. Encerramento da Prova

- Quinze minutos antes do término, o fiscal anunciará o tempo restante.
- Ao concluir, o(a) candidato(a) deverá entregar ao fiscal:
 - a Folha Oficial de Respostas devidamente assinada;
 - o Caderno de Provas.
- A saída definitiva só será autorizada após assinatura na lista de presença e conferência do material entregue.

6. Resultado e Classificação

- O resultado preliminar da Etapa I – Prova Escrita será divulgado no site oficial da Prefeitura de Barra do Garças – www.barradogarcas.mt.gov.br e no mural da Secretaria Municipal de Educação.
- Somente os(as) candidatos(as) aprovados(as) nesta etapa participarão da Etapa II – Prova de Títulos.

**Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de
Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação**

GABARITO

Candidato(a): _____

EIXO I – LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

QUESTÃO	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

EIXO II – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR

QUESTÃO	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

EIXO III – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

QUESTÃO	A	B	C	D
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

EIXO I – LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

(Constituição Federal, LDB, ECA, PNE, DCN, BNCC, Fundeb, gestão democrática e regulação educacional)

1. (Gestão Democrática e Constituição Federal)

A Constituição Federal de 1988 consolidou o direito à educação como dever do Estado e da família, assegurando, no art. 206, que o ensino será ministrado com base em princípios como a igualdade de condições, a liberdade de aprender e o **exercício da gestão democrática** do ensino público.

Em uma escola municipal, a diretora decide centralizar todas as decisões pedagógicas e financeiras, suspendendo as reuniões do conselho escolar, alegando “falta de tempo e objetividade nas discussões coletivas”.

A conduta da diretora **contraria** o princípio da gestão democrática porque:

- a) o diretor escolar tem autonomia apenas pedagógica, não financeira.
- b) o colegiado é obrigatório somente em escolas estaduais.
- c) o princípio da gestão democrática pressupõe participação, corresponsabilidade e transparência nas decisões escolares.
- d) a diretora deveria apenas comunicar as decisões após executá-las.

2. (Autonomia Escolar e LDB – Situação-problema)

Uma escola municipal decide alterar o calendário letivo, reduzindo a carga horária anual para 760 horas e 180 dias letivos, alegando dificuldades logísticas. O diretor argumenta que “a comunidade aprovou e, portanto, é legal”.

De acordo com a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**, essa decisão:

- a) é legítima, pois a gestão democrática autoriza flexibilização local.
- b) é irregular, pois desrespeita os parâmetros mínimos de carga horária previstos no art. 24.
- c) é válida apenas se houver compensação posterior em atividades extraclasse.
- d) é regular, se aprovada pelo Conselho Escolar.

3. (ECA e Responsabilidade Educacional – Estudo de caso)

Um aluno de 10 anos, matriculado na rede pública, é impedido de frequentar a escola por estar sem uniforme e sem material escolar. A direção justifica a decisão afirmando “falta de compromisso familiar com a educação”.

Com base no **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)**, essa prática é:

- a) permitida, pois a família é a principal responsável pela educação da criança.
- b) vedada, pois configura violação do direito à educação e discriminação socioeconômica.
- c) cabível, desde que a decisão seja informada ao Conselho Tutelar.
- d) regular, por tratar-se de medida disciplinar prevista em regimento.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

4. (PNE e Valorização Docente – Interpretação normativa)

O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece 20 metas e 254 estratégias. Uma delas trata da valorização dos profissionais da educação, garantindo plano de carreira, piso salarial e equiparação de rendimentos.

Assinale a alternativa que expressa corretamente essa diretriz:

- a) Meta 7 – qualidade da educação.
- b) Meta 13 – formação de professores.
- c) Meta 17 – equiparação salarial e valorização profissional.
- d) Meta 20 – financiamento público.

5. (BNCC e Competências Gerais – Situação-problema)

Durante o planejamento escolar, um grupo de professores opta por adotar apenas conteúdos teóricos e avaliações baseadas em memorização, argumentando que “as competências da BNCC são subjetivas e inviáveis de mensurar”.

Segundo a **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, essa prática:

- a) cumpre as competências gerais, ao priorizar domínio cognitivo.
- b) fere o princípio da formação integral e das aprendizagens essenciais.
- c) é adequada, pois privilegia o conhecimento científico.
- d) é aceitável, desde que aprovada pelo Conselho Escolar.

6. (Financiamento e Fundeb – Estudo aplicado)

Em um município, parte dos recursos do Fundeb foi usada para custear uniformes e festividades escolares. O gestor justifica que “os alunos também são beneficiários diretos da educação”.

Segundo a **Lei nº 14.113/2020 (Fundeb)**, a destinação correta dos recursos é:

- a) apenas para pagamento de professores concursados.
- b) para custeio de despesas indiretas com educação.
- c) para remuneração dos profissionais da educação e manutenção das atividades pedagógicas.
- d) para quaisquer ações que beneficiem a comunidade escolar.

7. (Diretrizes Curriculares Nacionais – Caso prático)

Uma secretaria municipal estabelece que todas as escolas devem seguir um currículo único, sem adaptações locais, “para garantir igualdade de ensino”.

Conforme as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (CNE/CEB)**, essa determinação:

- a) está correta, pois assegura equidade e padronização.
- b) é válida, desde que aprovada pelo conselho estadual.
- c) cumpre o papel regulador da gestão central.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

d) é inadequada, pois desconsidera a autonomia das escolas e a contextualização sociocultural.

8. (Regulação e Normativas Locais – Estudo de caso)

Um município publica norma que reduz a idade mínima para ingresso no ensino fundamental para cinco anos, argumentando atender à demanda das famílias.

Com base na **LDB** e nas diretrizes nacionais, essa medida:

- a) é legítima, pois respeita a autonomia dos sistemas de ensino.
- b) é irregular, pois contraria o art. 32 da LDB, que define idade mínima de seis anos completos.
- c) é possível, se houver deliberação do Conselho Estadual de Educação.
- d) é válida apenas para escolas privadas.

9. (Avaliação e Direito à Aprendizagem – Interpretação legal)

Um professor propõe reter um aluno do 3º ano por baixo desempenho, apesar de relatórios apontarem avanços significativos. O diretor decide acatar sem consulta à equipe pedagógica.

À luz da LDB e das DCNs, a decisão do diretor:

- a) é legítima, pois a avaliação é prerrogativa docente.
- b) desconsidera o caráter formativo e coletivo da avaliação, violando o direito à aprendizagem.
- c) é correta, pois reforça a meritocracia.
- d) pode ser aplicada, desde que comunicada aos pais.

10. (Autonomia e Responsabilidade do Gestor Escolar – Caso real)

Durante inspeção, o diretor justifica ausência de registros de frequência e atas pedagógicas afirmando que “a prioridade é o ensino, não a burocracia”.

Conforme a LDB, a conduta:

- a) é compatível com a autonomia da direção escolar.
- b) representa descumprimento de dever legal de gestão e documentação escolar.
- c) é legítima, desde que os registros sejam parciais.
- d) pode ser corrigida apenas no final do ano letivo.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

EIXO II – POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR

(Gestão democrática, planejamento participativo, avaliação institucional, políticas públicas, liderança e ética administrativa)

1. (Gestão Democrática e Participação Social)

Durante uma assembleia escolar, a diretora comunica que o Conselho Escolar não será mais convocado, alegando que “a burocracia atrapalha o andamento das decisões”. Alguns professores contestam, lembrando que o colegiado é um espaço legítimo de participação.

De acordo com a **Constituição Federal de 1988** e a **LDB (Lei nº 9.394/1996)**, a decisão da diretora:

- a) é legítima, pois a direção tem autoridade para decidir sozinha sobre questões pedagógicas.
- b) fere o princípio da gestão democrática, que pressupõe corresponsabilidade e deliberação coletiva.
- c) está correta, já que a gestão democrática é apenas um ideal orientador.
- d) é aceitável, se houver posterior consulta por meio eletrônico.

2. (Planejamento Estratégico e Indicadores de Qualidade)

Estudo de Caso:

Uma escola apresenta baixos resultados no IDEB e na taxa de aprovação. O diretor elabora um plano de ação com foco em aumentar as médias, mas sem envolver docentes nem discutir causas pedagógicas.

Com base nos princípios da gestão democrática e na função diagnóstica da avaliação institucional, essa postura:

- a) reforça o compromisso da escola com metas mensuráveis.
- b) é insuficiente, pois ignora o planejamento participativo e a análise qualitativa dos processos de ensino e aprendizagem.
- c) está adequada, pois o diretor é o responsável técnico pelos resultados.
- d) prioriza corretamente a eficiência sobre o diálogo.

3. (Função Social da Escola Pública – Estudo de caso)

Em uma comunidade com altos índices de vulnerabilidade social, a escola é o único espaço público de convivência. Contudo, o gestor decide restringir o uso do espaço fora do horário de aula, alegando “risco de depredação e desgaste do patrimônio”.

A decisão do gestor contraria o princípio da função social da escola porque:

- a) desconsidera o papel da escola como espaço de construção da cidadania e da inclusão social.
- b) preserva o patrimônio público, prioridade sobre qualquer uso comunitário.
- c) segue a legislação de responsabilidade fiscal.
- d) prioriza a ordem sobre a função educativa.

4. (Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional)

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

Situação-problema:

Em uma escola, há conflitos entre professores de diferentes gerações. A diretora percebe resistência às inovações tecnológicas, mas responde com imposições e críticas públicas, o que agrava o clima institucional.

Com base na literatura de gestão educacional, essa postura:

- a) fortalece a autoridade da direção e reduz conflitos.
- b) viola os princípios da liderança democrática e da mediação de conflitos, essenciais à cultura organizacional saudável.
- c) demonstra eficiência comunicacional.
- d) é coerente com o papel fiscalizador da direção.

5. (Políticas Educacionais e Federalismo)

Com a implementação do Fundeb, os municípios passaram a ser corresponsáveis pelo financiamento da educação básica. Contudo, um prefeito afirma que “a manutenção da rede escolar é obrigação exclusiva da União”.

Essa afirmação é:

- a) incorreta, pois o regime de colaboração entre União, Estados e Municípios é princípio constitucional da educação.
- b) correta, já que o Fundeb é gerido pela União.
- c) válida, pois a Constituição não atribui função ao município.
- d) aplicável apenas ao ensino fundamental.

6. (Ética e Transparência na Gestão Pública – Caso real)

Um diretor contrata empresa de familiares para manutenção escolar, sem processo licitatório, alegando urgência. Posteriormente, apresenta notas fiscais sem comprovação de execução dos serviços.

A conduta do gestor:

- a) é legítima, pois atende ao princípio da eficiência.
- b) é irregular, pois fere os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.
- c) é justificável, desde que o serviço tenha sido prestado.
- d) é aceitável, por se tratar de valores baixos.

7. (Avaliação Institucional e Qualidade da Educação)

Durante o processo de autoavaliação do SINAES municipal, uma escola omite fragilidades identificadas em práticas pedagógicas, alegando “não comprometer o nome da instituição”.

Segundo Dourado (2014) e a legislação do SINAES, essa atitude:

- a) é legítima, pois visa proteger a imagem institucional.
- b) é contrária à finalidade da avaliação, que é diagnosticar e promover melhoria contínua.
- c) é válida, desde que comunicada à secretaria de educação.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

- d) expressa a autonomia administrativa da escola.

8. (Planejamento e Gestão Financeira – Estudo de caso)

Em uma escola, os recursos do PDDE foram aplicados sem consulta ao Conselho Escolar. Ao ser questionado, o gestor afirma: “Como diretor, tenho autoridade para decidir o que é melhor”.

Essa atitude:

- a) reforça a autonomia gestora, prevista na legislação.
- b) fere os princípios da participação, transparência e controle social dos recursos públicos.
- c) está correta, pois o PDDE é de gestão exclusiva da escola.
- d) é aceitável, se houver posterior prestação de contas.

9. (Gestão Estratégica e Políticas de Resultados)

Uma diretora implanta um sistema de recompensas para professores com base nas notas das turmas no IDEB, sem considerar fatores socioeconômicos dos alunos.

Essa política:

- a) estimula práticas meritocráticas coerentes com o desempenho individual.
- b) ignora o caráter contextualizado da avaliação e pode reforçar desigualdades.
- c) é uma medida inovadora de gestão por resultados.
- d) é compatível com a política nacional de valorização docente.

10. (Gestão Educacional e Políticas Locais – Caso prático)

Em um município, a secretaria determina a substituição de diretores por livre nomeação política, ignorando o processo de certificação de gestores escolares.

Essa prática:

- a) é compatível com o princípio da descentralização administrativa.
- b) fere o princípio da impessoalidade e da gestão meritocrática, previstos na legislação educacional.
- c) é legítima, pois o cargo de direção é de confiança.
- d) está de acordo com a política de autonomia municipal.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

EIXO III – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

(Planejamento, avaliação, coordenação, clima organizacional, inovação, inclusão, corresponsabilidade e ética profissional)

1. (Planejamento Pedagógico e Projeto Político-Pedagógico – Estudo de caso)

Durante a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o diretor decide redigir o documento sozinho para “agilizar o processo de aprovação”. A equipe docente, ao perceber, questiona a falta de envolvimento e afirma que o documento não reflete a identidade da escola.

A atitude do diretor:

- a) está correta, pois o PPP é instrumento administrativo sob responsabilidade exclusiva da direção.
- b) fere o princípio da participação coletiva, base da construção democrática do PPP.
- c) é legítima, desde que o documento seja aprovado pelo Conselho Escolar.
- d) demonstra liderança centralizadora necessária à gestão.

2. (Avaliação da Aprendizagem e Inclusão – Situação real)

Um aluno com deficiência auditiva não consegue acompanhar as atividades avaliativas. A professora solicita intérprete de Libras, mas o diretor nega, afirmando que “o orçamento não prevê esse tipo de despesa”.

De acordo com a LDB e as políticas de inclusão, a decisão do diretor:

- a) é correta, pois a escola não tem obrigação de custear profissionais externos.
- b) é incorreta, pois a acessibilidade é direito legal do estudante e dever institucional.
- c) é aceitável, se houver compensação avaliativa.
- d) está de acordo com a autonomia da gestão escolar.

3. (Coordenação Pedagógica e Formação Docente – Estudo reflexivo)

Após observar defasagens em leitura e escrita nos anos iniciais, o coordenador propõe encontros quinzenais de estudo sobre práticas alfabetizadoras. Parte do corpo docente considera “tempo perdido” discutir teoria.

A ação do coordenador:

- a) reforça a formação continuada como espaço de reflexão e reconstrução de práticas.
- b) é improdutiva, pois a formação deve ser individual.
- c) deve ser suspensa, já que o planejamento é responsabilidade docente.
- d) indica falta de objetividade administrativa.

4. (Gestão de Conflitos e Cultura Escolar – Situação-problema)

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

Durante um intervalo, um conflito entre estudantes termina em agressão física. O diretor decide suspender ambos os envolvidos por tempo indeterminado, sem escuta prévia. O conselho escolar sugere mediação dialógica.

Com base em princípios de gestão humanizadora e cultura de paz, a conduta adequada seria:

- a) manter a suspensão para preservar a disciplina.
- b) promover mediação pedagógica e diálogo restaurativo, envolvendo os sujeitos e suas famílias.
- c) encaminhar o caso diretamente ao Conselho Tutelar.
- d) adotar medidas disciplinares punitivas.

5. (Gestão de Recursos e Prioridades Educacionais – Estudo prático)

Com a chegada de recursos financeiros, a direção opta por investir em climatização das salas, mesmo com falta de materiais básicos de laboratório e biblioteca.

Essa escolha evidencia:

- a) gestão eficiente, por priorizar conforto ambiental.
- b) planejamento desalinhado às prioridades pedagógicas e aos princípios do desenvolvimento integral.
- c) coerência administrativa, pois o conforto aumenta o rendimento.
- d) cumprimento da autonomia escolar.

6. (Relação Escola-Família-Comunidade – Estudo de caso)

A escola enfrenta resistência de pais em participar de reuniões pedagógicas. A direção decide substituí-las por comunicados online. Após alguns meses, o distanciamento entre família e escola aumenta.

A melhor alternativa de ação seria:

- a) manter a comunicação virtual, reforçando a autonomia dos pais.
- b) promover ações de corresponsabilidade, criando espaços presenciais e dialógicos de escuta.
- c) delegar à secretaria escolar a responsabilidade pela mediação.
- d) reduzir o número de reuniões para evitar desgaste.

7. (Avaliação Institucional e Melhoria Pedagógica)

A autoavaliação escolar aponta déficit em leitura nos anos iniciais. O gestor, preocupado com a imagem institucional, decide não divulgar o relatório e não propor mudanças.

Essa postura:

- a) é aceitável, pois evita exposição pública da escola.
- b) fere a ética e o princípio da melhoria contínua, ocultando fragilidades.
- c) está correta, pois a divulgação depende da secretaria.

Etapa I – Processo de Certificação de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino de Barra do Garças/MT
Edital nº 002/2025 – Secretaria Municipal de Educação

- d) garante credibilidade institucional.

8. (Inovação Pedagógica e Metodologias Ativas – Estudo reflexivo)

Em um projeto interdisciplinar, os alunos propõem soluções sustentáveis para a escola. Um grupo de docentes considera a proposta “desorganizada” e defende o retorno às aulas expositivas tradicionais.

A atitude dos professores revela:

- a) resistência à mudança e desconhecimento do papel das metodologias ativas na aprendizagem significativa.
- b) prática coerente com a organização escolar tradicional.
- c) aplicação adequada da BNCC.
- d) adesão às políticas de inovação.

9. (Ética Profissional e Compromisso Social – Situação real)

Uma professora expõe em rede social comentários pejorativos sobre alunos com dificuldades de aprendizagem. O gestor toma conhecimento e decide “não se envolver para evitar conflitos”.

A postura do gestor:

- a) é correta, pois evita desgastes institucionais.
- b) é omissa, pois deveria zelar pela ética, pela integridade e pelo respeito aos estudantes.**
- c) é prudente, já que o caso envolve liberdade de expressão.
- d) é legítima, se houver retratação pública.

10. (Gestão e Clima Organizacional – Estudo de caso)

Em uma escola com alto índice de rotatividade docente, o diretor mantém uma postura autoritária e comunicados rígidos, sem diálogo. O resultado é queda na motivação e aumento do absenteísmo.

A principal medida de superação dessa situação é:

- a) reforçar o controle e vigilância sobre os docentes.
- b) adotar práticas de escuta, valorização e liderança participativa.
- c) delegar as decisões à secretaria escolar.
- d) implantar metas punitivas de produtividade.